

POLÍTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NO SERTÃO DO PAJEÚ

POLITICS, CITIZENSHIP AND HUMAN RIGHTS IN THE BACKLANDS OF PAJEÚ

GAMEIRO, Thiago Gabriel Silva

Professor EBTT – Sociologia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, *campus* Belo Jardim-PE.
gabriel.gameiro@belojardim.ifpe.edu.br

NUNES, Paloma de Queiroz Siqueira

Estudante do Curso de Informática (integrado). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, *campus* Afogados da Ingazeira-PE.
palomanunes375@gmail.com

MORAES, Jennipher Gaudêncio de Santana

Estudante do Curso de Informática (integrado). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, *campus* Afogados da Ingazeira-PE.
moraesjennipher1@gmail.com

LIBERAL, Hires Maria do Nascimento

Estudante do Curso de Saneamento (integrado). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, *campus* Afogados da Ingazeira-PE.
magazine.liberal@hotmail.com

Resumo

O atual projeto de extensão procurou se debruçar sobre os problemas existentes em nossa sociedade, problemas esses, agravados por conta da falta de conhecimento sobre a política de uma forma geral, os direitos e deveres que vigem em nossa sociedade e o contexto dos Direitos Humanos. Com base nesse objetivo, buscamos trazer reflexões, bem como ações mais diretas na garantia de direitos, em especial, de crianças e adolescentes em Acolhimento Institucional. Apresentamos um referencial teórico que se coaduna com nossa proposta, apontando perspectivas do que se pode entender como política, cidadania e direitos humanos. Nesse sentido, pudemos estabelecer um diálogo frutífero com a comunidade e a realização de ações com sujeitos com histórico de direitos violados, quando compreendemos as dificuldades e a necessidade de ações nesta área. Findado o projeto, vimos o quanto é complexa a atuação na questão proposta, mas, também, o quanto é urgente a materialização de ações mais contundentes.

Palavras-chave: Educação. Direitos Humanos. Cidadania. Política.

Abstract

The current extension project aims to address problems in our society, which are aggravated by the lack of knowledge, about politics in general, the rights and duties in our society all in the context of Human Rights. Based on this objective, we seek to bring reflections, as well as more direct actions to enforce the maintenance of people's rights, especially, of children and adolescents in Institutional governmental homes and shelters. We present a theoretical framework aligned with our proposal, pointing out perspectives on what can be understood as politics, citizenship and human rights. In this sense, we

were able to establish a fruitful dialogue with the community and carry out actions with subjects with a past of violated human rights. We understood the difficulties and the urgent need for actions in this area. Once the project has finished, we haven't seen only how complex the proposed question is, but also, how urgent the materialization of more forceful actions is.

Keywords: Education. Human Rights. Citizenship. Politic.

1 Introdução

Ao observar o meio em que vivemos, podemos observar distintas formas de se analisar a realidade social (senso comum, científica, filosófica, religiosa) e por diversos meios de informação. Um dos meios que mais chegam às pessoas em geral se dá a partir das mídias: rádio, televisão e redes sociais, por exemplo. Nos últimos anos, em especial após a queda do muro de Berlim, os debates sobre política, cidadania e direitos humanos ocupam certo destaque nos meios de comunicação. Contudo, as devidas informações, quando expostas, não são transmitidas claramente e muitas vezes são distorcidas, gerando uma série de interpretações possivelmente errôneas e saberes temporários.

A descrença da população acerca de assuntos políticos e problemas sociais é, também, um problema. É de suma importância que o povo tenha uma atuação efetiva nos processos de desenvolvimento democrático do país e na formação política do mesmo. Tal descrença gera o conformismo do povo sobre a política nacional, o que pode ser definido como “alienação política”, conforme palavras de Simon Schwartzman, sociólogo brasileiro, membro titular da Academia Brasileira de Ciências, cujo artigo “Alienação política – Trajetória da Dominação” afirma:

Alienação Política - incapacidade de um povo em se orientar politicamente conforme seus próprios interesses. Crença na operosidade de instrumentos inoperantes, de um lado; desinteresse total pelos fatos políticos, de outro. E, em sua forma mais grave - recusa em decidir o próprio destino, de raciocinar, de traçar seu próprio projeto; criação do mito do Chefe, do Messias, do Pai, do Salvador da Pátria (SCHWARTZMAN, 1961, p. 104).

A escassez de conhecimento sobre o que define o cidadão (direitos e deveres), nos causa uma preocupação exacerbada, principalmente quando essa situação chega a ocorrer em atores que compõem o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, e é devido a isso que por um ano visamos atender esses problemas de forma eficaz, promovendo uma comunicação direta ou indireta com os

cidadãos e com tais atores, o que ocasiona em propagação de saberes úteis na formação de conhecimento dos mesmos.

A magnitude social de nosso projeto, no qual esclarecemos nos parágrafos acima, andou no mesmo caminho do entendimento institucional sobre a extensão, descrito no edital deste projeto – vide itens 2.III e 2.IV do mesmo –, onde diz que:

As ações propostas devem, na medida do possível, promover o desenvolvimento local/regional e destinar atenção a grupos vulneráveis (idosos, portadores de necessidades especiais, negros, índios, crianças, mulheres, etc.), bem como fomentar a qualificação de recursos humanos e de lideranças de movimentos sociais que possam vir a ser multiplicadores da ação (p.4).

Nesse sentido, estabelecemos como objetivo geral de nosso trabalho “contribuir com a construção de uma sociedade que reconheça e lute pela efetividade dos Direitos Humanos e de Cidadania”, quando buscamos estabelecer um diálogo mais efetivo com a população, seja ao fazermos parte de um núcleo de discussão sobre Direitos Humanos, com o “Grupo Mulher Maravilha”, seja no IFPE – *campus* Afogados da Ingazeira, com reflexões sobre direitos e deveres, seja na Casa de Acolhimento desse mesmo município, com ações realizadas junto às crianças. Para melhor delimitação do nosso objetivo geral, o subdividimos nos seguintes objetivos específicos:

- “1. Oferecer formação na área dos Direitos Humanos para atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, podendo se estender a outros servidores públicos;
2. Discutir a importância da Participação Política, da Cidadania e dos Direitos Humanos em escolas, em parceria com o “Grupo Mulher Maravilha”;
3. Implementar o projeto “Um Artigo por Dia” no campus do IFPE, onde todos os dias afixaremos um artigo de nossas leis; e,
4. Produzir material sobre Direitos Humanos e Cidadania e divulgá-los em meios impressos e de radiodifusão.

Esperamos que, com esses objetivos, ajudássemos a construir uma sociedade mais justa, democrática, tolerante, e apresentaremos nossa discussão e resultados ao longo do presente trabalho.

2 Fundamentação Teórica

Se fizermos uma análise, superficial que seja, nas redes sociais, no ambiente escolar, bem como na sociedade mais amplamente, poderemos facilmente perceber a descrença generalizada da população em relação à política atual; concepção que nos deixa preocupados, pois cremos que é através da política que podemos refletir sobre o mundo ao nosso redor de modo menos egoísta, no sentido já proposto por Arendt (1998, p. 21), quando afirma que “a política baseia-se na pluralidade dos homens” e “trata da convivência entre os diferentes”. Sendo assim, consideramos urgente debater a centralidade da política em nossas vidas, resgatando o sentimento de sua importância.

Da categoria “política”, chegamos à noção de “cidadania”, conceito que já virou “lugar-comum” nas discussões sobre políticas públicas no Brasil, especialmente a partir da promulgação do atual Constituição, em 1988, alcunhada de “Cidadã”. Não obstante a presença constante nos debates, ou até mesmo por isso, percebemos uma perda de significado mais substantivo, concreto, em sua implementação, o que nos leva a refletir sobre como materializar este conceito, presente nas grandes democracias clássicas, como em Atenas nos séculos VI e V a.c. e na Revolução Francesa de 1789. Para deixar claro nosso posicionamento em relação ao que compreendemos por cidadania, nos apoiamos no conceito de “cidadania ativa”, assim descrito por Silva e Tavares:

Em um contexto de desigualdade social, discriminações e injustiças como o brasileiro, a formação cidadã aponta na direção da transformação social. Uma formação cidadã consoante com a democracia e o Estado de Direito e que se desenvolva por meio da cidadania ativa. Por isso, persistir neste caminho e fomentar a educação em direitos humanos no processo de formação cidadã, ampliando cada vez mais seu raio de ação a todos os espaços educacionais e favorecendo sua existência em todas as instituições do Estado, é a forma de construir uma cultura democrática e de respeito aos direitos humanos (2011, p. 23).

Na asserção acima, percebemos que o conceito de cidadania está bastante atrelado ao de Direitos Humanos; grosso modo, podemos distinguí-los pelo termo cidadania referir-se ao contexto nacional – se é cidadão de uma determinada nação –, enquanto os Direitos Humanos têm um caráter mais universal. Acreditamos que ambos demandam uma atenção especial, pois, baseados, de fato, na consecução de direitos e deveres, individuais e coletivos, apresentam-se como uma bandeira viável na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, humana, como acordado na Conferência Mundial de Viena, em 1993:

5. Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Embora particularidades nacionais e regionais devam ser levadas em consideração, assim como diversos contextos históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais (ONU, 1993, p. 3).

Por fim, a categoria do “Empoderamento” perpassará as três descritas, possibilitando uma vivência em cidadania e direitos humanos, saindo da mera especulação, a partir de uma contribuição significativa da atividade extensionista. Segundo Horochovski e Meirelles (2007, p. 486):

Numa perspectiva emancipatória, empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Nesse sentido, equivale aos sujeitos terem poder de agenda nos temas que afetam suas vidas. Como o acesso a esses recursos normalmente não é automático, ações estratégicas mais ou menos coordenadas são necessárias para sua obtenção. Ademais, como os sujeitos que se quer ver empoderados muitas vezes estão em desvantagem e dificilmente obtiveram os referidos recursos espontaneamente, intervenções externas de indivíduos e organizações são necessárias, consubstanciadas em projetos de combate à exclusão, promoção de direitos e desenvolvimento, sobretudo em âmbito local e regional, mas com vistas à transformação das relações de poder de alcance nacional e global.

Este “sair da mera especulação” não significa que o momento da reflexão é desnecessário; pelo contrário, é condição *sine qua non* de uma ação coerente, mas que deve servir de base à ação: o foco da extensão é a ação. Por isto, a pesquisa constituiu-se em elemento central no nosso projeto de extensão, pois entendemos que é a partir da análise, da construção de conhecimentos de modo mais apurado,

que podemos transformar a realidade. Em nosso projeto, discutimos as contribuições da literatura acadêmica sobre os temas propostos.

3 Metodologia

Para a realização do nosso trabalho, no que diz respeito a contribuir com a formação dos agentes responsáveis pelos cuidados da criança e do adolescente, foi necessário buscar diretrizes contundentes sobre a atuação desses agentes e como poderíamos atender suas necessidades de conhecimento, além de dar uma assistência, uma atenção, aos acolhidos.

Após essa busca, fomos até a casa de Acolhimento (casa que abriga crianças e adolescentes que sofreram violência doméstica ou abandono por parte da família e não tem opções de recorrer a outros parentes) da cidade Afogados da Ingazeira, situada no interior de Pernambuco, quando visitávamos a casa uma vez por semana, produzindo oficinas com as crianças e adolescentes. Sobre a questão de promover palestras aos responsáveis pelos cuidados dos jovens, combinamos com a Direção da Casa que, pelo fato das cuidadoras terem estarem muito tempo na Instituição, poderia haver resistência. Sendo assim, acreditamos que poderíamos contribuir em sua formação ao irmos, aos poucos, integrando-as às nossas atividades.

Na primeira visita, notamos justamente o que foi citado como problema no terceiro parágrafo da introdução. Os atores encarregados dos cuidados com as crianças e os adolescentes não tinham um conhecimento qualificado sobre a ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) muito menos sobre como recorrer quando os direitos desses jovens eram violados. Analisamos também como os acolhidos poderiam ser ajudados.

Em seguida, confeccionamos livros (uma espécie de diário), que foram entregues para as crianças na segunda visita, onde os mesmos usariam o material com a finalidade de expor seus sentimentos e como um mecanismo de ajuda para nós os conhecermos melhor. Este objetivo visava melhorar a autoestima, empoderar e construir, junto às crianças e adolescentes, sua percepção enquanto sujeitos de direitos. Foram realizadas gincanas educativas, com a proposta de auxiliar na formação educacional dos sujeitos acolhidos.

Procuramos, também, focar nosso projeto no setor de ensino, colocando um banner com uma variedade de artigos expostos para os alunos do nosso *campus*, artigos da Constituição Federativa Brasileira, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto do Idoso e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Palestras sobre a conjuntura política em nosso país também foram executadas no IFPE, com a participação do professor de Sociologia e Coordenador do Projeto – Thiago Gabriel Silva Gameiro.

4 Resultados e Discussão

Em conformidade ao que apresentamos em nossos objetivos específicos, conseguimos alcançar os seguintes resultados: em relação à formação de atores que compõem o Sistema de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes, em conversa com o coordenadora da Casa de Acolhimento, um dos campos de nosso trabalho, acordamos que, dada a possível resistência das cuidadoras com uma formação “formal”, muito por já estarem lá há certo tempo, decidimos realizar ações diretamente com as crianças, seja na confecção de um livro autobiográfico, no qual fazíamos atividades quinzenais (figura 1, abaixo), seja na realização de dinâmicas, sempre buscando fortalecer a autoestima e a dignidade, bem como empoderar esse sujeitos, como pode ser visto nas figuras abaixo:

Figura 1 – Imagens referentes a páginas do livro autobiográfico

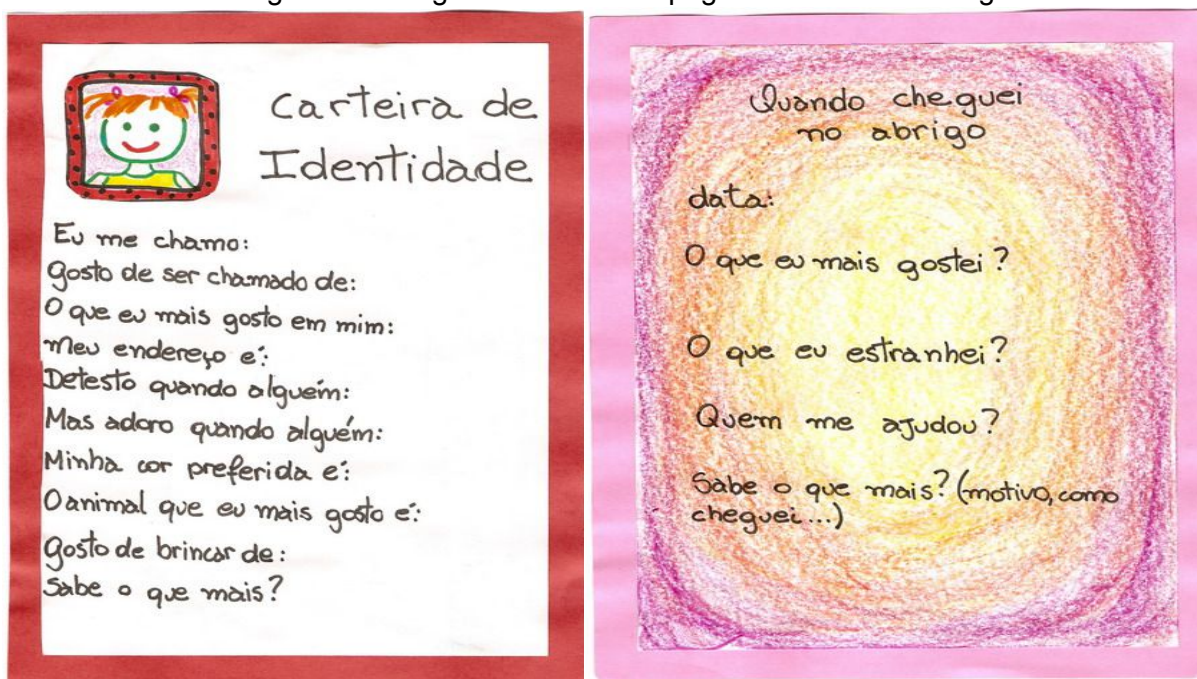


Figura 2 – Pés das crianças e dos adolescentes que vivem na casa de Acolhimento



Observação: só colocamos fotos com os pés, para preservar a imagem das crianças, algo solicitado, inclusive, pela coordenação da Casa de Acolhimento.

No que concerne ao nosso segundo objetivo específico, sobre a discussão em parceria com o Grupo Mulher Maravilha, criamos o “Núcleo de Direitos Humanos do Pajeú”, quando fizemos atividades em parceria com as profissionais daquela instituição. Pudemos fazer ricas discussões, a exemplo do nosso debate sobre cotas raciais, ou sobre a origem e a luta pelos Direitos Humanos, ou, ainda, o debate sobre a consideração com a pessoa idosa, realizado com crianças do Ensino Fundamental, numa das escolas da cidade. Não obstante, com o tempo, nossa parceria foi perdendo a força, menos pela sua importância e ações, e mais por outras demandas que surgiram para o Grupo Mulher Maravilha.

Algumas de nossas ações relativas ao objetivo acima foram realizadas no *campus* do IFPE, como a discussão sobre cotas raciais, ou a sobre a importância do voto no poder legislativo, como pode ser visto na figura abaixo:

Figura 3 – Realização da palestra no IFPE com a temática “Importância do Voto no Poder Legislativo”.



Dentro dos nossos objetivos, consideramos a discussão em questão de grande relevância, pois, ainda hoje, temos a tendência a só dar importância ao voto no Poder executivo, esquecendo a importância do Legislativo na estrutura político-social brasileira.

Já em relação ao terceiro objetivo específico de nosso trabalho, consideramos que pudemos alcançar um relativo sucesso, pois realizávamos a exposição diária dos artigos. Esse sucesso pôde ser verificado, por exemplo, quando uma de nossas bolsistas – a principal responsável por esse objetivo – ficou uma semana sem ir à escola e dois servidores vieram perguntar o motivo da não atualização dos artigos. Os artigos eram expostos em local de grande circulação no *campus* (entre o bloco da sala

dos professores e administrativo, que, também, era passagem para as salas de aula), como pode ser visto na imagem a seguir:

Figura 4 – Exposições dos artigos da Constituição Federativa Brasileira para a comunidade do IFPE *campus* Afogados da Ingazeira



Por fim, nosso último objetivo específico dizia respeito à elaboração e difusão de material relativo à Política, Cidadania e Direitos Humanos. O resultado mais contundente nessa ação foi a criação de uma página no *Facebook*, intitulada: “PDC – Política, Direitos Humanos e Cidadania” (link: <https://www.facebook.com/politicadireitosecidania/>), quando tivemos a oportunidade de publicar material de reflexão política, sempre tentando fazer com que o material fosse agradável a maioria dos jovens, com um conteúdo mais irônico. Também nesse objetivo tivemos um sucesso razoável, posto que tivemos mais de 100 (cem) seguidores(as) em nossa página.

5 Considerações Finais

Durante a realização deste projeto, arcamos com o desafio de buscar contribuir, de forma significativa, com uma melhor práxis (reflexão e ação) nas áreas de: Política, Cidadania e Direitos Humanos em nossa região, conforme tentamos expor ao longo desse artigo. Nesse intuito, pudemos obter alguns frutos com nosso trabalho.

O mais importante deles, em nosso entendimento, foi a atuação na casa de Acolhimento. Fazemos essa avaliação por alguns motivos; são eles: pudemos construir laços fortes com as crianças e adolescentes, que, segundo a equipe da Casa, ficava sempre perguntado se iríamos ou não. Também pudemos ver as reações dos(as) mesmos(as), nos momentos de despedida, seja por retorno familiar, adoção, ou saída de algum membro de nossa equipe.

Também pudemos realizar importantes debates/reflexões no coletivo, estreitando vínculos com a comunidade local que já vinha realizando essa discussão. A página no *facebook*, bem como a exposição de “um artigo por dia”, puderam fazer com que nossa atuação saísse do ativismo sem reflexão, para estimular uma construção do conhecimento pela nossa comunidade.

Por fim, concluímos que é possível atender às necessidades de uma população com sensível desinteresse político, e ajudá-la a construir seus próprios posicionamentos e conceitos sobre a situação da sociedade em que vivem, percebendo a importância de atuar sobre a mesma, bem como de melhorar a comunidade, visto que o povo é o maior desenvolvedor de uma sociedade democrática, inteligente e justa.

Referências

ARENDDT, Hannah. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o Conceito de Empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. p. 485-506.

ONU. **Declaração e Programa de Ação de Viena:** Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. Viena: jun. 1993. Disponível em:

<<http://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20dd%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

SILVA, Aída Maria Monteiro; TAVARES, Celma. A Cidadania Ativa e sua Relação com a Educação em Direitos Humanos, **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE**, v.27, n.1, p. 13-24, jan./abr. 2011. Disponível em: <www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/5.pdf>. Acesso em 10 jan. 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. **Alienação Política**: trajetória da dominação. Belo Horizonte: Mosaico 4, 1961.